

## Notícias Federais

<i>Assuntos Econômicos</i> .....	4
MP 594 amplia recursos do BNDES para arrendamento mercantil e capital de giro .....	4
Modificada pela Câmara, chega ao Senado MP com estímulos à economia .....	4
Comissão aprova isenção de impostos para venda de carros elétricos e híbridos .....	5
Comissão aprova Pronaf para pequena empresa e empreendedor individual.....	5
Comissão aprova proibição de abertura de microempresas por procuração .....	6
Comissão aprova programa de apoio às micro e pequenas empresas .....	6
Comissão aprova sociedade para facilitar investimentos em microempresas.....	7
CNI lança Portal do Observatório da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas .....	8
CMA aprova projeto que torna obrigatório alerta sobre presença de látex nos produtos .....	8
Fornecedor poderá ter de comprovar entrega de boleto de cobrança.....	9
<i>Infraestrutura</i> .....	9
<i>Medida Provisória 595/2012 moderniza marco regulatório do setor de portos e atividades portuárias, privilegiando a iniciativa privada</i> .....	9
<i>Dirigentes de agências reguladoras podem ser obrigados a prestar contas ao Senado</i> .....	11
<i>Melhoria do Porto de Paranaguá é destaque de emendas do Paraná</i> .....	11
<i>Lei de licitações do país poderá ficar mais rigorosa</i> .....	12
<i>Câmara aprova texto base da MP que prorroga concessões do setor elétrico</i> .....	13
<i>Meio Ambiente</i> .....	13
<i>Senador Sérgio Souza comemora prorrogação de Protocolo de Kyoto</i> .....	13
<i>Paim pede aos municípios agilidade para se adequarem à Lei de Resíduos Sólidos</i> .....	14
<i>Tributos</i> .....	15
<i>Relatório inclui novos setores na MP que desonera folhas de pagamento</i> .....	15

<i>Entenda como a substituição tributária afeta sua empresa .....</i>	16
<i>Sancionada lei de iniciativa popular que obriga comércio a detalhar impostos em nota fiscal.....</i>	17
<i>Comissão aprova incentivo para instalação de empresas em locais de baixo IDH .....</i>	18
<i>Audiência na CAE debate alíquota interestadual do ICMS .....</i>	18
<b>Relações do Trabalho .....</b>	<b>19</b>
<i>CDH debate problemas no uso do ponto eletrônico .....</i>	19
<i>Fiscalização aplica multas milionárias .....</i>	19
<i>Aprovado pagamento de férias vencidas a aposentado por invalidez .....</i>	20
<i>Projeto reduz tempo mínimo para saque do FGTS .....</i>	21
<i>CNI disponibiliza Painel do Mercado de Trabalho - Brasil, Estados e Subsetores.....</i>	21
<i>Publicada Lei que amplia as hipóteses do adicional de periculosidade .....</i>	22
<i>OIT defende piso .....</i>	22
<i>Comissão aprova alíquota zero para imposto sobre hora extra de trabalhador .....</i>	22
<i>Questões Institucionais .....</i>	23
<i>Comissão aprova primeiro relatório setorial do Orçamento de 2013 .....</i>	23
<b>Política Social.....</b>	<b>24</b>
<i>MPV 593 de 2012 - PRONATEC - autonomia aos Serviços Nacionais Sociais para criação de unidades de ensino médio .....</i>	24

## **Notícias Estaduais**

<b>Assuntos Econômicos.....</b>	<b>25</b>
<i>Paraná conclui instalação de 18 fóruns regionais de micro e pequenas empresas .....</i>	25
<i>Justiça concede liminar contra estacionamentos por cobrança indevida.....</i>	26
<i>Lactec agora é Instituição Técnica Avaliadora .....</i>	26

<b>Infraestrutura</b> .....	<b>27</b>
<i>Deputados aprovam a instituição do PARANAEREO e a criação da Paraná Edificações</i> .....	27
<i>Richa inaugura Usina de Mauá e reforça contribuição do PR para redução de tarifas</i> .....	29
<i>Comissão da Câmara dos Deputados visita obras para Copa do Mundo</i> .....	31
<b>Meio Ambiente</b> .....	<b>31</b>
<i>Deputados buscam alternativas para minimizar a crise no setor avícola</i> .....	31
<i>Péricles destaca que Museu de Vila Velha deve se transformar em Centro de Geociência</i> ....	32
<i>Indústria paranaense assume compromisso com a logística reversa</i> .....	34
<b>Questões Institucionais</b> .....	<b>36</b>
<i>FIEP sedia encontro do movimento Paraná Sem Corrupção</i> .....	36
<i>Entidades entregam moção de apoio à posição de Rossoni contra aumento das custas judiciais</i> .....	37
<i>Coordenadores regionais da FIEP reúnem-se em Curitiba</i> .....	38

## Notícias Federais

### Assuntos Econômicos

#### **MP 594 amplia recursos do BNDES para arrendamento mercantil e capital de giro**

A Medida Provisória 594, publicada no Diário Oficial da União, amplia em R\$ 85 bilhões o limite do valor total dos financiamentos subvencionados pela União por meio do BNDES, além de permitir o Banco destinar parte desses recursos ao arrendamento mercantil de bens de capital bem como o capital de giro associado. A definição das garantias a serem prestadas nos financiamentos ficará a critério do BNDES.

A medida atende a um dos anseios do setor industrial manifestado durante o 32º Fórum Nacional da Indústria, realizado em 23 de novembro pela CNI. Outra reivindicação não contemplada é a prorrogação do Reintegra, que acaba agora em dezembro.

Fonte: CNI

#### **Modificada pela Câmara, chega ao Senado MP com estímulos à economia**

Chegou ao Senado Federal a Medida Provisória (MP) 578/2012, com mecanismos de estímulo à economia. A matéria será apreciada pelos senadores na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2012, pois o texto original foi modificado e sofreu acréscimos na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a MP 578 tratava apenas a apuração e a dedução, no Imposto de Renda, da depreciação acelerada dos veículos usados para transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos. O objetivo do governo é a renovação dessa logística de transporte de mercadorias, um estímulo para o país aguentar os efeitos da crise econômica internacional.

Agora, depois da tramitação na Câmara, o PLV 27 estabelece também o parcelamento das dívidas de estados e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Os estados, os municípios e o Distrito Federal poderão parcelar débitos com o PASEP vencidos até 31 de dezembro de 2011. Esse mesmo mecanismo contava da MP 574/2012, que acabou perdendo a validade.

O PLV 27 permite ainda a reabertura do prazo de adesão para outros parcelamentos, como os do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), do Parcelamento Especial (Paes) e do Parcelamento Excepcional (Paex). O prazo havia se encerrado em dezembro de 2010. O novo prazo é 28 de fevereiro de 2013. Também foram acrescentados pelos deputados itens para a criação do Fundo de Investimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FI-FAT) e alteração de regras sobre processo tributário na Justiça.

Fonte: Agência Senado

## Política Industrial

### **Comissão aprova isenção de impostos para venda de carros elétricos e híbridos**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou proposta que isenta a comercialização de automóveis elétricos e híbridos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS/PASEP e da COFINS. A medida também isenta do PIS/PASEP e da COFINS a venda e a importação de peças e partes desses veículos.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Antonio Balhmann Balhmann (PSB-CE), ao Projeto de Lei 2092/11, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO). Balhmann fez alguns ajustes ao texto original: entre eles, incluiu a previsão de incorporar a extensão dos benefícios aos carros híbridos proposta pela Comissão de Minas e Energia.

O relator também retirou do projeto a fixação de um mínimo de 20% de carros elétricos para a frota oficial. “O propósito do projeto é prover incentivos econômicos para que o próprio mercado possa gerar soluções criativas de carros elétricos. O objetivo não é forçar a adoção do carro elétrico, inclusive pelo governo”, afirmou Balhmann.

**Soluções de abastecimento:** No substitutivo aprovado, foi retirada a menção à recarga em “estacionamentos coletivos”, o que, segundo o relator, visa conseguir que as soluções de abastecimento se desenvolvam naturalmente. “É possível que tal modelo de estacionamentos coletivos com uma tomada em cada vaga acabe sendo, de fato, o mais utilizado, mas também faz sentido postular que cada cidade ou mesmo cada bairro terá suas próprias soluções”, disse o deputado.

Balhmann, também decidiu não manter o desconto de 50% para o preço da energia com destino ao carro elétrico, previsto no texto já aprovado pela Comissão de Minas e Energia. “Esse desconto seria compensado por incrementos nas outras tarifas de eletricidade. Esta medida transfere uma parte do ônus da política de incentivo ao carro elétrico para outros setores. O mérito da medida fica ainda mais comprometido se pensarmos sobre o incremento do preço da energia para serviços essenciais como a luz elétrica de hospitais ou de escolas”, argumentou o parlamentar.

**Tramitação:** A proposta tramita em caráter conclusivo e já foi aprovada pela Comissão de Minas e Energia. Ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Microempresa

### **Comissão aprova Pronaf para pequena empresa e empreendedor individual**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei Complementar 196/12, do deputado Wilson Covatti (PP-RS), que concede as condições de acesso a créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) aos empreendedores individuais e às microempresas e empresas de pequeno porte. A proposta muda a Lei Complementar 123/06, conhecida como Lei do Supersimples.

O relator da proposta, deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), recomendou a sua aprovação. Ele apresentou substitutivo para manter no texto da lei as determinações gerais sobre facilidades de crédito aos microempreendedores. O projeto original retirava essas determinações.

“Não há a necessidade de se suprimir o conteúdo [da lei], que estabelece disposições gerais para a ação do Poder Executivo no sentido de melhorar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos mercados de crédito e de capitais, e seus objetivos”, disse Agnolin.

O projeto estabelece que o montante anual dos créditos concedidos aos empresários deve ser crescente e alcançar, a partir do quinto ano da publicação da lei, volume equivalente a, pelo menos, o dobro do volume anual de créditos concedidos nos termos da Política Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar.

O autor argumenta que, no ano agrícola 2011/2012, foram oferecidos R\$ 16 bilhões para operações de custeio e investimento do Pronaf.

**Tramitação:** O projeto foi aprovado pela comissão na última quarta-feira (5). A proposta, que tramita em regime de prioridade, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Comissão aprova proibição de abertura de microempresas por procuração**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei Complementar 210/12, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que proíbe a abertura de micro e pequenas empresas por meio de procuração.

O relator da proposta, deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), defendeu a aprovação da matéria. Ele argumentou que é cada vez mais frequente a criação de empresas fictícias destinadas a práticas criminosas, com o uso de documentos de terceiros. “Essa prática desvirtua os objetivos originais da desburocratização e traz enormes danos aos cidadãos cujos dados são empregados inadvertidamente na abertura dessas sociedades”, disse.

Mendes Thame ressaltou que, durante a CPMI do Cachoeira, parlamentares ouviram o relato de uma depoente que não sabia da existência de uma corporação em seu nome. “Ela simplesmente havia dado procuração a seu marido, que, por sua vez, abriu empresa à sua revelia e com seu total desconhecimento”, afirmou.

**Tramitação:** O projeto, que altera o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/06), será examinado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, depois, seguirá para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Comissão aprova programa de apoio às micro e pequenas empresas**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei 3340/12, que cria um programa para informar novos empreendedores sobre apoio e incentivos fiscais oferecidos pelo Poder Público para incrementar as atividades econômicas no País. Pelo texto, o programa será destinado a empreendimentos de micro e pequeno porte.

A proposta, do deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), estipula que o projeto “Novos empreendedores” deve orientar empresas de pequeno porte sobre regimes diferenciados, fornecer dados sobre atividades econômicas e ofertar cursos sobre administração e gerência de negócios.

“O objetivo é contribuir para o desenvolvimento dos novos empreendedores, preparando-os para o mercado de trabalho e permitindo a formação de novas empresas dentro dos princípios da legislação”, afirma o autor. Para ele, esse será um meio de transformar o que chamou de realidade pessoal e social dessas empresas e prepará-las para novos desafios.

**SEBRAE:** O programa terá atuação semelhante àquela atualmente exercida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Por meio de parcerias com os setores público e privado, o SEBRAE promove programas de capacitação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial e acesso a mercados.

O relator, deputado Wellington Fagundes (PR-MT), disse que, com essa proposta, haverá uma complementação do trabalho hoje realizado pelo SEBRAE. “Acreditamos que, com esse reforço, os resultados alcançados poderão se tornar ainda mais relevantes para o sucesso dos novos empreendimentos e para o desenvolvimento dos novos empreendedores e, com eles, do Brasil”, disse.

**Tramitação:** A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## *Comissão aprova sociedade para facilitar investimentos em microempresas*

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei Complementar 106/11, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que autoriza a criação de Sociedades de Garantia Solidária (SGS) para atender empreendimentos de pequeno porte. O texto inclui dispositivos no Estatuto Nacional da Microempresa (Lei Complementar 123/06).

Segundo o projeto, o objetivo das SGS é conceder garantias pessoais ou reais a seus sócios e participantes, preferencialmente microempresas e empresas de pequeno porte. As sociedades deverão ser formadas por pelo menos 100 sócios participantes, mas também poderão fazer parte sócios investidores - pessoas físicas ou jurídicas -, no limite de 49% do capital social da entidade.

“Essa medida se faz necessária porque muitos negócios potencialmente lucrativos deixam de prosperar na formalidade exatamente por falta de instrumentos que reduzam o risco dos investidores”, argumentou o relator, deputado Wellington Fagundes (PR-MT), ao recomendar a aprovação da proposta. “Estamos preenchendo uma lacuna do atual Estatuto da Microempresa e criando mecanismos de garantia capazes de reduzir os riscos de investimentos de menor porte”, completou.

**Participantes:** Conforme o projeto podem ser sócios participantes as associações, cooperativas, profissionais liberais e assemelhados, sendo livre a negociação entre as partes, desde que respeitada a participação máxima que cada sócio pode atingir.

O texto aprovado também determina que as SGS devam integrar o sistema financeiro nacional, sendo reguladas e fiscalizadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central.

As SGS ficam sujeitas às seguintes condições:

- proibição de concessão de garantia a um mesmo sócio participante que supere 5% do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;
- proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e
- alocação de 5% dos resultados líquidos para reserva legal, até o limite de 20% do capital social, bem como de 50% da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será também constituído por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela assembleia-geral da sociedade.

**Tramitação:** O projeto tem prioridade e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, segue para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## ***CNI lança Portal do Observatório da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas***

A CNI e o SEBRAE lançaram o Portal Observatório da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. O observatório funcionará como fonte de informação e instrumento de defesa dos interesses dos micro e pequenos empresários de todo o país.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em 2006, é uma grande conquista do empresariado brasileiro e de seus representantes e vem contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento de um ambiente de negócios mais competitivo.

Desde então, empresários jamais pararam os trabalhos em defesa do setor. Prova disso é que a Lei Geral já passou por quatro aprimoramentos e existem vários projetos em trâmite no Congresso Nacional que buscam novas melhorias.

Diversos dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas precisam ser regulamentados pelos governos estaduais e municipais. Para garantir e fomentar esse processo, a CNI e o SEBRAE se uniram para proporcionar aos empresários do país uma ferramenta de monitoramento da ação dos governos nesse sentido.

Desde o lançamento, o Observatório disponibilizará dados de município que adotaram a Lei Geral e o número de micro e pequenas empresas potencialmente beneficiadas. Posteriormente, outros dados como a carga tributária em cada estado por segmento de MPE's serão disponibilizados.

Conheça e divulgue o Observatório da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Acesse o endereço [www.leigeral.com.br](http://www.leigeral.com.br)

Para maiores informações, entrar em contato com Pedro Além Filho, secretário-executivo do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da CNI, por meio do e-mail: [compem@cni.org.br](mailto:compem@cni.org.br)

Para manter-se informado sobre as ações da CNI, acesse o site [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)

Fonte: Blog RT

## ***Direito do Consumidor***

### ***CMA aprova projeto que torna obrigatório alerta sobre presença de látex nos produtos***

Fabricantes e importadores de produtos que contenham látex natural devem gravar nas embalagens advertência sobre a presença da substância na composição. É o que estabelece projeto da Câmara



dos Deputados (PLC 96/2012) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Como esclarece o autor, deputado João Dado (PDT-SP), estudos indicam que 8% da população apresenta alergia ao látex, o que representa um sério problema de saúde pública. Ele observa que as reações podem variar de uma simples urticária a um choque anafilático fatal.

O parlamentar lembra que a matéria-prima está presente em produtos de larga utilização no dia-a-dia das pessoas, como luvas, balões, sondas, cateteres e pneus, entre outros. Por isso, considera a informação indispensável.

Para o relator, senador Aníbal Diniz (PT-AC), a medida é oportuna e dará efeito prático aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) referentes à prestação de informações claras sobre os produtos e serviços, inclusive sobre eventuais riscos que apresentam.

Agora a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Fonte: Agência Senado

## ***Fornecedor poderá ter de comprovar entrega de boleto de cobrança***

A Câmara analisa o Projeto de Lei 4344/12, da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que obriga o fornecedor de produtos e serviços a comprovar a entrega do boleto bancário para cobrança no endereço do consumidor com, no mínimo, cinco dias antes do vencimento do documento. A proposta altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

De acordo com o texto, o consumidor não precisará pagar multa, juros e correção monetária até cinco dias depois do recebimento da cobrança se não houver a comprovação de entrega.

A medida não vale para contas com pagamento por débito automático ou com boleto de cobrança enviado pela internet, quando autorizado pelo consumidor.

Segundo a autora da proposta, as obrigações entre consumidor e fornecedor de produtos e serviços estão invertidas atualmente. “Os consumidores é que estão procurando os seus fornecedores para obter os meios de pagar, correndo o risco, inclusive, de terem serviços básicos e indispensáveis cancelados”, disse.

**Tramitação:** A proposta foi apensada ao Projeto de Lei 4911/09, que fixa prazo dez dias antes do vencimento. Os textos, que tramitam em caráter conclusivo, serão analisados pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## ***Infraestrutura***

### ***Medida Provisória 595/2012 moderniza marco regulatório do setor de portos e atividades portuárias, privilegiando a iniciativa privada***

Conforme anunciado pelo governo, foi publicada na edição do Diário Oficial a Medida Provisória nº 595/2012, que promove a modernização do marco regulatório do setor e traz novas regras sobre a exploração direta e indireta de portos e instalações portuárias e sobre as atividades a serem desempenhadas pelos operadores portuários. O aprimoramento do marco regulatório é uma das três

fases do "Programa de Investimentos em Logística: Portos" do Governo Federal, que também inclui a retomada da capacidade de planejamento no setor portuário e novos investimentos em concessões, arrendamentos, terminais privativos e acessos aquaviários e terrestres.

A medida estabelece que a exploração indireta de um porto organizado, e das instalações portuárias neles localizadas, ocorrerá mediante concessão e arrendamento. Já em relação às instalações portuárias que estejam localizadas fora da área do porto organizado, tais como nas modalidades de terminal de uso privativo (TUP), estação de transbordo de carga e instalações portuárias de pequeno porte ou turismo, elas podem ser exploradas mediante autorização, mas precedidas de chamada e processo seletivo públicos. Em todos os casos, as permissões serão outorgadas a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, dando grande abertura aos investimentos de empresas privadas nos portos, em particular considerando-se que os TUPs não terão restrições quanto ao tipo de carga.

A modernização do marco regulatório tem por objetivo aumentar a competitividade por meio da expansão, modernização e otimização da infraestrutura portuária, da garantia de modicidade tarifária e de qualidade nas atividades de gestão, e do estímulo à concorrência. Nas licitações dos contratos de concessão e arrendamento o principal critério será a ponderação da maior capacidade de movimentação de carga com a menor tarifa. As licitações, que também poderão ser realizadas na modalidade leilão, serão de competência da ANTAQ, e os contratos de concessão e arrendamento terão prazo de até 25 anos, prorrogável por igual período uma única vez. Já a autorização de instalações portuárias, que também terão prazo de 25 anos, será prorrogável por períodos sucessivos, desde que a atividade portuária seja mantida; e o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.

Caso o autorizatário entenda necessária a utilização de mão de obra complementar nas operações que dispensem os trabalhadores portuários, deverá requisitá-la ao órgão gestor de mão de obra. As cooperativas formadas por trabalhadores portuários avulsos poderão se estabelecer como operadores portuários. Finalmente, contratos de arrendamento em vigor permanecerão vigentes pelos prazos neles estabelecidos, devendo ser licitados com a antecedência mínima de doze meses, contados da data de seu término.

Nos termos da Medida Provisória 595 será mais ágil a implantação de novos terminais privativos, uma vez que competirá à ANTAQ promover a chamada pública para a identificação dos interessados na obtenção de autorização de instalação portuária, tal como no caso dos TUPs. Por outro lado, com a edição da MPV, ficam transferidas à Secretaria de Portos da Presidência da República as competências atribuídas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em leis gerais e específicas relativas a portos fluviais e lacustres. Como parte integrante do novo regime de operação dos portos, incluindo-se a privatização de atividades portuárias, destaca-se a publicação, também dos seguintes Decretos pelo Poder Executivo:

Nº 7.860/2012, que cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem, reduzindo os custos e entaves burocráticos;

Nº 7.861/2012, que institui a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS) e dispõe sobre atuação integrada de órgãos e entidades públicas em portos organizados e instalações portuárias.

Fonte: CNI

## *Dirigentes de agências reguladoras podem ser obrigados a prestar contas ao Senado*

Dirigentes de agências reguladoras podem ser obrigados a prestar contas anualmente ao Senado se for incorporada à Constituição Federal proposta de emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para o Plenário, onde passará por votação em dois turnos. Se aprovada, seguirá então para a Câmara dos Deputados.

Na justificativa da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/2011), seu autor, senador Walter Pinheiro (PT-BA), argumenta que os dirigentes de agências reguladoras, cujos nomes são aprovados pelo Senado, “têm a responsabilidade de decidir e implementar políticas públicas relativas a serviços e atividades fundamentais para o país”. Eles estão à frente, por exemplo, das agências nacionais de Águas (ANA), de Aviação Civil (Anac), de Transportes Terrestres (ANTT) e de Energia Elétrica (Aneel), entre outras.

Em razão dessa responsabilidade, Walter Pinheiro considera essencial “que periodicamente prestem contas de sua atuação à sociedade e ao Parlamento”. O senador explica que há previsão constitucional para convocação apenas de ministros de Estado, presidente do Banco Central, por ter *status* de ministro, e titulares de órgãos subordinados à Presidência da República, sendo preciso alterar a Constituição para incluir os dirigentes das agências reguladoras.

O senador ressalta, no entanto, que não estarão sujeitos à obrigação de comparecimento anual titulares de outros cargos também submetidos à aprovação do Senado, como os magistrados, membros do Tribunal de Contas da União, o procurador-geral da República e os embaixadores, para preservar a independência dessas funções.

Em seu voto favorável, o relator, senador Anibal Diniz (PT-AC), observou que a alteração proposta à Constituição permitirá maior controle da atuação dos dirigentes das agências, que cobrem áreas estratégicas para o Brasil.

Fonte: Agência Senado

## *Melhoria do Porto de Paranaguá é destaque de emendas do Paraná*

O coordenador da bancada do Paraná no Congresso Nacional, deputado Osmar Serraglio (PMDB), explicou que uma das obras priorizadas pela bancada na proposição de emendas ao Orçamento de 2013 (PLN 24/12) foi a melhoria da infraestrutura do Porto de Paranaguá. A emenda é de R\$ 170 milhões.

A bancada também atendeu a interesses regionais diversos, como um terminal rodoviário em Maringá e o teatro de Londrina. “Uma cidade de 300 a 400 mil habitantes fazer um terminal rodoviário é uma obra de porte e de interesse regional, que é a cidade de Maringá. Londrina, outra cidade com mais de 500 mil habitantes, terá o teatro, que é fomento à cultura. Enfim, são indicações que foram privilegiadas regionalmente.”

**Saúde e universidades:** Outras emendas beneficiam a área de saúde, destinando recursos, por exemplo, para a compra de equipamentos para o Hospital do Câncer de Umuarama.

As três universidades federais do estado e sete estaduais também foram objeto de emendas. O deputado Osmar Serraglio espera que, em 2013, a execução orçamentária chegue a pelo menos 40% do total.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## *Lei de licitações do país poderá ficar mais rigorosa*

Depois de meses de debates que envolveram a participação de 8.500 internautas por meio do portal e-Democracia, do Congresso Nacional, deve chegar nesta semana à Comissão de Constituição e Justiça um amplo e polêmico projeto de reforma da lei das licitações.

Quase 20 anos depois de sua aprovação, no auge da CPI do Orçamento, quando escândalos envolvendo empreiteiras pipocavam no país, a lei 8.666/93 não só não reduziu a corrupção como é vista como uma das principais amarras que impedem o setor público de ser mais ágil e mais eficiente. Pelo texto a ser apresentado pelo deputado Fabio Trad (PMDB-MS), empresas ou indivíduos que fizerem doações de campanha não poderão participar de licitações na esfera de administração do político ou partido eleito.

Entre outras medidas, o projeto também acaba com a brecha das OS (Organizações Sociais) e das Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) ao exigir que sejam submetidas ao processo licitatório para firmar contratos de gestão com a administração pública.

**Exceção e Regra:** Sob a justificativa de dar mais celeridade a obras essenciais, o Executivo passou por cima da lei 8.666 ao aprovar, no ano passado, o chamado RDC (Regime Diferenciado de Contratação). Incluído de última hora em um projeto de lei de conversão de medida provisória, o RDC nasceu para acelerar obras de portos e aeroportos da Copa do Mundo de 2014.

Foi modificado posteriormente para incluir também obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e, mais recentemente, obras do sistema público de ensino. Há duas semanas, o Congresso aprovou mais uma ampliação do RDC, para abarcar obras da pasta da Saúde.

"O RDC era para ser exceção", diz o deputado Trad. "Para evitar que vire regra, estamos mudando a lei."

O projeto de lei incorpora melhorias introduzidas pelo RDC, como a inversão de fases -a qual permite que as empresas deixem para apresentar certidões e documentos de habilitação só depois de terem suas propostas técnica ou de preço aprovadas.

Mas o texto rejeita a "contratação integrada", prevista no RDC, que é um regime de execução de obras que libera o setor público de apresentar o projeto básico da obra.

Sem o projeto básico, dizem os críticos, é mais difícil calcular o preço final da obra e também fiscalizá-la.

"A contratação integrada é a institucionalização do direcionamento da licitação", afirma o advogado Augusto Neves Dal Pozzo, vice-presidente do Ibeji (Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura).

Durante dois meses, especialistas do Ibeji, instituto ligado à faculdade de direito da PUC-SP, ajudaram na elaboração do texto do projeto.

Foram analisadas as mais de 50 propostas de alteração da lei apresentadas nos últimos 19 anos no Congresso e também quase 5.000 proposições via e-Democracia e audiência pública. O tema foi o terceiro mais popular no portal no último ano: só ficou atrás do Marco Civil da internet e do novo Código de Processo Civil.

Para Trad, o grande desafio foi conciliar o maior rigor contra desvios com a necessidade de agilizar os processos. "Para cada dispositivo que acelera a gestão, é preciso contrapor outro que dê segurança jurídica e iniba desvios de finalidade."

Fonte: Folha UOL

## Energia

### ***Câmara aprova texto base da MP que prorroga concessões do setor elétrico***

A Câmara dos Deputados iniciou a apreciação da MP 579/2012, que trata da prorrogação das concessões do setor elétrico e redução de tarifas. A apreciação ocorreu um dia após a Comissão Mista aprovar o projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, senador Renan Calheiros (PMDB/AL).

A votação foi marcada por duas tentativas de expandir para os consumidores livres os benefícios de redução tarifária, medida defendida pela CNI por entender que esta desoneração favoreceria a eficiência do mercado de energia elétrica como um todo, tanto no mercado cativo quanto no mercado livre. O PSD e o DEM apresentaram destaques para votação em separado das emendas 183 e 19, apresentadas respectivamente pelo deputado Marcos Monte (PSD/MG) e senador Armando Monteiro (PTB/PE), que justamente buscavam estender os benefícios da medida provisória aos consumidores livres. Os destaques, entretanto, foram rejeitados em votações simbólicas.

A única inovação aprovada em relação ao projeto de lei de conversão decorreu da aprovação, por 257 votos a 67, de destaque do PDT à emenda 72, do deputado Vicentinho (PT/SP) para incluir no rol de condições para prorrogação das concessões de geração: (a) submissão aos padrões de saúde e segurança no trabalho e de respeito aos direitos e garantias dos consumidores, a serem definidos pela Aneel e pela legislação vigente; e (b) definição, pela Aneel, das atividades acessórias que poderão ser executadas com terceiros, no intuito de impedir terceirização de atividades fim das concessionárias.

O principal ponto de inovação da Medida Provisória 579 foi mantido: a incorporação de todo o conteúdo da Medida Provisória 591, mantendo o sentido de desoneração dos encargos setoriais de energia elétrica, com a finalidade de baratear esse insumo necessário ao processo produtivo nacional.

Faltando dois destaques para encerrar a votação, acordo celebrado entre os líderes jogou para terça-feira (18) a conclusão de apreciação da Medida Provisória. A votação na terça-feira começará com a apreciação nominal de destaque do PPS à emenda 382, do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), que reinstituí a tributação da energia elétrica pelo regime cumulativo de PIS/COFINS.

A CNI entende que a migração do sistema cumulativo para o não-cumulativo não foi benéfica para as empresas, que passaram a contribuir com alíquotas mais elevadas sobre a totalidade de suas receitas e foram afetadas pelo aumento da carga tributária correspondente a essas contribuições. Desse modo, mostra-se positiva a proposta de excluir do sistema não-cumulativo as receitas decorrentes de prestação de serviços de energia elétrica.

Fonte: CNI

## ***Meio Ambiente***

### ***Senador Sérgio Souza comemora prorrogação de Protocolo de Kyoto***

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou a prorrogação da validade do Protocolo de Kyoto até 2020, aprovada na 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 18), realizada em Doha, no Catar. O tratado, que prevê o compromisso dos países com a redução das emissões de carbono, expiraria em dezembro deste ano.

Em discurso no Plenário, o parlamentar mostrou-se preocupado com o crescimento contínuo da emissão de gases de efeito estufa, principalmente diante da crise econômica internacional iniciada em 2008, a qual, afirmou, prejudicou os esforços dos países na adoção de novos padrões de produção.

– Um relatório recente do Banco Mundial indica que, se as emissões continuarem neste nível, a temperatura média global aumentará 4 graus Celsius até 2060. É um cenário muito grave. Para se ter uma ideia, pequenos estados insulares podem sumir do mapa, engolidos pelo aumento do nível dos oceanos. Serão nações sem território – alertou.

Sérgio Souza lamentou o fato de os Estados Unidos, dono da maior economia do planeta, não ter assinado o Protocolo de Kyoto e chamou atenção para a maior responsabilidade dos países desenvolvidos com a questão climática.

Sérgio Souza disse que países em desenvolvimento, como o Brasil, têm feito mais pela redução do carbono do que os ricos. O parlamentar citou ainda o esforço brasileiro para a preservação da Amazônia. Ele ressaltou que o país reduziu em 77% o índice de desmatamento na região em relação 2004.

**Comissão:** Sérgio Souza informou que apresentará, na próxima quarta-feira (19), seu relatório com as conclusões do trabalho desenvolvido em 2012 pela Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC).

Fonte: Agência Senado

## [Gestão de Resíduos Sólidos](#)

### ***Paim pede aos municípios agilidade para se adequarem à Lei de Resíduos Sólidos***

A Lei de Resíduos Sólidos (12.305/2010) estabeleceu o prazo de agosto de 2014 para o fim dos aterros sanitários como destino de resíduos passíveis de reciclagem. Preocupado com o prazo e com o ainda baixo índice de adesão ao dispositivo legal, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu pressa na elaboração pelos municípios de seus planos de gestão integrada de resíduos sólidos.

- Cidades que fazem a reciclagem num percentual de somente 28% terão, naturalmente, de sofrer as penalidades. Para isso, será necessário, então, acelerar as ações municipais, que credenciam os municípios brasileiros a continuarem recebendo recursos do governo federal, para dar destino adequado ao lixo, porque, senão, não os receberão – alertou.

Paim apresentou os números sobre o tratamento dado aos resíduos sólidos urbanos em 400 municípios brasileiros. De acordo com os números da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, 75 mil toneladas de lixo ainda não têm destinação correta e são encaminhadas para lixões e aterros controlados.

Por outro lado, a nova lei já produziu efeitos positivos, como a erradicação de lixões e o avanço na coleta seletiva. Segundo Paim, a Região Sudeste foi a que obteve maior avanço, com 80,1% de coleta seletiva, seguida pelo Sul (78,8%), Norte (46,5%), Nordeste (36,3%) e Centro Oeste (28,1%). Porém, ainda conforme os dados apresentados pelo senador, apenas 58,6% dos municípios brasileiros tiveram iniciativas de coletas seletivas em 2011.

- Quanto maior a população das cidades, maiores as chances de existência de coleta seletiva – falou. Paim também informou ter apresentado projeto para alterar a Lei Geral da Copa para tornar facultativa a concessão de férias escolares durante a realização do Mundial de 2014.

Fonte: Agência Senado

## Tributos

### *Relatório inclui novos setores na MP que desonera folhas de pagamento*

O relator da Medida Provisória 582/12, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), apresentou seu relatório incluindo mais setores no texto que já desonera as folhas de pagamento de empresas de 15 setores. Elas passam a descontar a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de pagamento. Em linhas gerais, a contribuição é de 1% para o setor industrial e 2% para empresas de serviços.

Na prática, não vai fazer diferença o número de funcionários de uma empresa, e o governo espera estimular com isso as contratações. Com o aquecimento da economia, o governo também espera compensar as perdas da previdência com outros impostos. “A redução da contribuição previdenciária poderá dar-lhes fôlego financeiro até que a atividade econômica reaja com mais força”, explicou o relator.

O Executivo argumenta que estudos da Secretaria de Política Econômica comprovaram que, em setores já beneficiados pela desoneração, como o de calçados e de tecnologia da informação (TI), foi possível compensar a redução na arrecadação sobre a folha com o ingresso das receitas da nova contribuição substitutiva.

**Construção civil:** Segundo Marcelo Castro, ele encontrou dificuldades, no relatório, sobretudo quanto a construção civil. O governo anunciou outra MP especialmente para desonerar esse setor, sendo que já existia uma emenda para sua inclusão na própria MP 582. “Falando sinceramente, eu acho que o governo quer ficar com o mérito de que ele é que está fazendo. Uma disputa que não faz sentido”, disse.

O deputado também propõe aumentar o limite para a opção por lucro presumido na hora de pagar o Imposto de Renda, de R\$ 48 milhões para R\$ 72 milhões. Para ele, a correção do limite, congelado desde 2002, vai beneficiar as empresas com a simplificação do processo, e o governo com facilidade na arrecadação. “Na prática o governo ganha, porque pelo lucro real o governo precisa de uma máquina de arrecadação imensa para analisar tudo e saber se aquela nota é correta, um deus nos acuda”, disse.

**Setores:** Além da construção civil, o relatório de Castro inclui setores de serviços hospitalares, indústria da reciclagem, e empresas jornalísticas e de radiodifusão, inclusive da internet.

No ramo de transportes, bastante beneficiado pela MP original, foram incluídos serviços de infraestrutura aeroportuária; táxi aéreo; transporte ferroviário de passageiros; metrô; transporte internacional de cargas; transporte por fretamento e turismo; transporte rodoviário de cargas, exceto de veículos zero km.

O relator também propõe o retorno do setor de cooperativas de transporte de passageiros para a cobrança por folha de pagamento, uma vez que a cobrança por receita pode causar prejuízos nesse caso.

**Militares:** No campo militar, foram beneficiadas empresas de tecnologia em micro-ondas; foguetes, equipamentos e projetos aeroespaciais; instalação, manutenção e reparação de veículos, equipamentos militares, inclusive sensores e sistemas de armas. Outros setores também foram propostos entre as 155 emendas apresentadas por parlamentares à MP, mas o relator não aceitou incorporá-los. Segundo ele, a política de desoneração da folha de pagamento deve ser expandida, e o debate sobre esses setores pode voltar a ser feito nas próximas MPs sobre o assunto.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## *Entenda como a substituição tributária afeta sua empresa*

O Brasil é um dos países com maior carga tributária do mundo - e também com uma das mais complexas estruturas de arrecadação de impostos, tanto federais, quanto estaduais e municipais. Ao abrir novos negócios ou diversificar os já existentes, os empreendedores devem ficar atentos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), cuja alíquota varia de produto para produto e de Estado para Estado.

Como forma combater a sonegação e a informalidade das empresas, os Estados criaram, entre as décadas de 70 e 80, a regra da Substituição Tributária, ou ICMS-ST. Em 1993, essa norma passou a fazer parte da Constituição por meio de uma emenda, sendo então adotada por todas as unidades da federação. O que é?

"A Substituição Tributária é quando o Estado cobra o imposto da venda do comerciante antes, ou seja, no momento em que a mercadoria sai da indústria", explica o juiz José Roberto Rosa, do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo. "Somente a lei pode colocar um produto sob a substituição tributária", acrescenta.

Isso faz do varejista o contribuinte substituído, porque foi substituído pela indústria ou pelo atacadista. Já o contribuinte substituto será o receptor do dinheiro na fonte, que é a indústria ou atacadista.

A taxa de imposto sobre os produtos das empresas que não se enquadram no regime do Simples Nacional varia, mas geralmente fica em torno de 18%. "O comerciante paga 18%, sobre a diferença da venda e do valor da compra", esclarece José Roberto.

Discussão

A polêmica em torno do ICMS-ST vem das empresas que se enquadram no Simples Nacional - um regime diferenciado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às micro e pequenas empresas. O ICMS dessa categoria varia de 1,25% a 3,95%, dependendo da taxa de faturamento da empresa.

Mas, por meio da Substituição Tributária, as empresas do Simples pagarão a mesma taxa que as demais. "Entretanto, não será sobre o faturamento e, sim, sobre a margem, que é a diferença do preço presumido de venda e do preço de venda da indústria", distingue o juiz.

Para José Chapina, presidente do Conselho de Assuntos Tributários da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), foi tirada uma grande vantagem das empresas do Simples. "Antes da ST, o comércio varejista comprava, estocava, o consumidor adquiria e somente naquele momento o comerciante pagaria o imposto incidente sobre a mercadoria", diz.

Segundo ele, as despesas das empresas aumentam e a competitividade cai. "O regime do ICMS-ST demonstra ser eficiente ao combate da informalidade no varejo, mas transfere o controle e o caixa a poucos - desrespeitado a Lei 123. Isso acaba onerando as micro e pequenas empresas do Simples Nacional com aumento de carga tributária e baixa competitividade em relação às mercadorias



importadas."

É o governo quem define de quanto será o imposto incidente sobre cada produto no varejo. "Uma tabela foi criada pelo governo para determinar o preço de mercado", conta Chapina. Segundo o juiz do TIT, a lista é feita por meio de uma pesquisa de mercado. "A pesquisa é feita pela Fazenda, mas também pode ter a participação de entidades representativas dos setores. Em São Paulo, por exemplo, as entidades mais consultadas por serem consideradas idôneas e eficazes são a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e a Fundação Getulio Vargas (FGV)", diz.

**Obrigatoriedade:** As empresas do Simples devem ficar atentas à obrigatoriedade do imposto para cada tipo de produto. "Ele não é opcional, é compulsório. Quando o Estado coloca o produto no segmento do ST, toda a cadeia produtiva é obrigada a cumprir", alerta José.

Entretanto, há a possibilidade de estorno. "Se o imposto foi cobrado na fonte, a possibilidade de ressarcimento existe se não acontece a venda - por causa de furto, ou algum incidente impeditivo. A própria Constituição garante que o comerciante receba de volta. Outra possibilidade de estorno é se a venda ocorrer para uma empresa de outro Estado", explica o juiz.

Apesar de haver a possibilidade, para Chapina a chance de ressarcimento é quase nula. "Buscar crédito do ICMS em razão de mercadorias não comercializadas é uma missão impossível para a pequena empresa, em razão da burocracia e do regime fiscalizador. São exigidas muitas provas do pequeno contribuinte, opina.

Fonte: Blog RT

## [Impostos](#)

### ***Sancionada lei de iniciativa popular que obriga comércio a detalhar impostos em nota fiscal***

Em seis meses, o consumidor vai saber, por meio da nota fiscal de venda de produtos e serviços, quais impostos está pagando. A medida está prevista em lei, que surgiu de iniciativa popular, sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff. A presidente retirou da lista o Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, porque os dois só são contabilizados ao final do exercício financeiro, o que dificulta a apresentação de seus valores corretos no decorrer do ano.

Outro veto da Presidência diz respeito aos tributos que estão sendo questionados na Justiça e que não vão constar nas notas como estava previsto na proposta original.

O projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara em novembro. O relator na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), destacou que a nova lei aumentará a conscientização dos consumidores.

A nota fiscal, pelo texto, deverá conter o valor aproximado dos seguintes tributos: ICMS; ISS; IPI; IOF; PIS; PASEP; COFINS e Cide. No caso de produtos importados deverão ainda constar da nota os impostos relativos à importação. Esses valores também poderão ser informados através de meio eletrônico ou impresso, ou de tabelas fixadas nos estabelecimentos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Comissão aprova incentivo para instalação de empresas em locais de baixo IDH**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei 2800/11, do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que concede incentivos fiscais para as empresas que se instalarem em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Conforme a proposta, essas empresas irão pagar apenas metade do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre a aquisição de máquinas destinadas à sua instalação.

Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS e contribuição para a Seguridade Social (CSS) também são reduzidos em 50% ao longo de 5 anos.

O relator, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), apresentou emenda para determinar que a medida é válida apenas para empresas que se instalarem em municípios com menor IDH, limitado aos 20% com índice mais baixo.

**Desenvolvimento:** Campos argumenta que os benefícios fiscais se justificam porque as empresas que se instalam em municípios mais pobres “têm custos mais elevados devido a problemas de infraestrutura, logística e escassez de capital humano”.

O relator afirma ainda que a rede de proteção social, criada nos últimos anos, iniciou “a árdua tarefa” de distribuir renda. Mas, argumenta, gerar e distribuir desenvolvimento representa tarefa ainda mais complexa. “A atual rede de proteção social deu um grande passo ao criar mercados consumidores em regiões de baixo IDH, e o passo seguinte é levar os meios de produção a essas regiões”, sustenta.

**Tramitação:** Em caráter conclusivo, o projeto segue para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Audiência na CAE debate alíquota interestadual do ICMS**

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizou-se audiência pública para debate do sistema de cobrança do ICMS nas operações interestaduais e das dívidas dos estados. Participaram o Ministro interino da Fazenda e presidente do CONFAZ, Nelson Henrique Barbosa Filho, e secretários de fazenda de dezesseis estados.

O Ministro interino da Fazenda apresentou a proposta do governo. A proposta prevê a unificação e redução da alíquota de 12% ou 7%, dependendo da origem e do destino da mercadoria, para 4% em um período de oito anos. Prevê também a criação de um fundo de compensação fiscal para as eventuais perdas de arrecadação e outro para o desenvolvimento regional dos estados mais pobres.

Preocupados com a perda da vantagem competitiva, os secretários dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram uma proposta que prevê a redução da alíquota para 7% ou 4%, dependendo da origem e do destino da mercadoria, em um período de dez anos. Afirmaram defender a alíquota uniforme desde que os mecanismos de compensação realmente funcionem e sejam vinculados ao ICMS.

No encerramento do evento, Nelson Barbosa informou que deverá ser apresentada formalmente ao Congresso Nacional, na próxima semana, a proposta do governo.

A CNI é favorável à definição de alíquota interestadual de ICMS uniforme de 4% como forma de coibir a guerra fiscal. Também é defendida pela Confederação a manutenção dos benefícios fiscais já concedidos em favor da segurança jurídica.

Fonte: CNI

## Relações do Trabalho

### *CDH debate problemas no uso do ponto eletrônico*

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) começou a debater, em audiência pública, os problemas do uso do ponto eletrônico. O debate atende a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para discutir a regulamentação do sistema de controle da jornada determinado pelo Ministério do Trabalho com a adoção obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) nas empresas.

Paim, que defende o uso do equipamento em razão da segurança jurídica com maior proteção ao trabalhador pelo recurso tecnológico, quer conhecer as questões suscitadas por representantes de vários setores, como a suspeita de fraudes no registro do ponto e ações trabalhistas relacionadas às horas extras.

Entre os convidados, estão os ministros do Trabalho e Emprego, Brizola Neto; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; além de representantes da indústria e comércio, micro e pequenas empresas, associação de supermercados, centrais sindicais, Justiça do Trabalho e fabricantes de equipamentos e *softwares* de registro eletrônico de ponto.

Fonte: Agência Senado

### *Fiscalização aplica multas milionárias*

Se algumas empresas acham caro adotar o novo sistema de registro do ponto eletrônico, arcar com as multas que estão sendo aplicadas aos infratores pode ser muito mais. Com a portaria que regulamenta o sistema de ponto em vigor há três meses, as multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) chegam a R\$ 4 milhões por empresa ou a R\$ 4 mil por infração.

Desde setembro, empresas com mais de dez funcionários e que já usavam o ponto eletrônico tiveram que adotar o novo sistema, batizado de REP. Os aparelhos devem imprimir um comprovante de entrada, saída e intervalo de trabalho, além de armazenar as informações em sua memória. São 400 mil empresas nesta situação e o ministério estima que pelo menos 350 mil instalaram as novas máquinas. Em 2012, mais de 12 mil estabelecidos já foram autuados por infrações.

O MTE confirma que as operações de fiscalização em conjunto com o Ministério Público do Trabalho estão mais numerosas do que anteriormente. Com um processo mais rápido de fiscalização, o número de operações pode aumentar substancialmente.

As multas variam de acordo com o porte da empresa e com o número de infrações cometidas. Nos casos em que o estabelecimento não aderiu ao novo sistema mesmo que já utilizasse o ponto eletrônico anteriormente, a sanção aplicada chega a ser de R\$ 1 mil por funcionário registrado. Para grandes empresas, as multas são milionárias. “Quem quer pagar para ver pode acabar com uma multa imensa. Não vale a pena”, afirma a advogada trabalhista Veridiana Marques Morsele, do escritório Hapner Kroetz.

Nos casos em que o sistema foi instalado, mas são registradas infrações como a não impressão do comprovante ou não cumprimento da jornada de trabalho adequada, as multas podem ser de R\$ 4 mil por ocorrência. “Com o novo sistema, o fiscal do trabalho consegue detectar as irregularidades com muita facilidade. Se ele diagnosticar um acúmulo de infrações, a multa pode ser muito alta para a empresa”, afirma Christian Jorge, advogado trabalhista do escritório Marins Bertoldi.

“Algumas empresas estão surpreendidas pela forma que a fiscalização está acontecendo. Em algumas leis, os primeiros 90 dias são dedicados à orientação, sem uma fiscalização muito rígida”, afirma Veridiana. Alguns estabelecimentos estão sendo autuados e outros estão recebendo Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Nestes casos, as empresas têm 60 dias para se regularizar.

**Para empresas, novo sistema é caro e ineficiente:** O questionamento das empresas quanto à eficiência do novo sistema foi um dos principais motivos para que a lei demorasse três anos para ser colocada em prática desde a sua aprovação. Com a nova regra em vigor e a fiscalização a todo vapor, as empresas acreditam que o sistema atrapalha o dia a dia das jornadas de trabalho. Uma gerente de RH de uma empresa de diagnósticos médicos, que não quis se identificar, afirmou que a exigência da impressão do comprovante acarreta alguns problemas para o registro de entrada e saída do funcionário. “São inúmeros problemas na guilhotina, na impressão e na bobina que fazem o aparelho parar de funcionar”, afirma. Ela explica que em apenas uma das unidades da empresa foram instalados cinco aparelhos ao custo de R\$ 7 mil cada. “É um investimento alto para um retorno mínimo”, explica.

O sócio-proprietário da fabricante de isolantes térmicos Dimensional, Vilmar Kratz, diz que o investimento fica mais pesado para empresas com várias filiais. “Temos várias unidades com poucos funcionários e por usar o sistema antigo, tivemos que adotar o novo aparelho”, afirma. A empresa precisa ter um aparelho por filial.

Fonte: Gazeta do Povo

## ***Aprovado pagamento de férias vencidas a aposentado por invalidez***

O projeto aprovado pela Comissão de Trabalho prevê o pagamento das férias vencidas e do terço constitucional referente a esses períodos após a concessão de aposentadoria por invalidez. A medida está prevista no PL 2323/11, do deputado João Paulo Lima (PT-PE). A proposta, que tramita de forma conclusiva, será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5452/43), após a aposentadoria por invalidez, o contrato de trabalho é apenas suspenso, e não rescindido. O problema, de acordo com Lima, é que, caso o empregado tenha direito a férias no momento da concessão da aposentadoria, ele só poderá usufruí-la se e quando retornar ao emprego.

O relator da proposta, deputado Efraim Filho (DEM-PB), defendeu a proposta: “Pela regra atual, o trabalhador fica prejudicado, pois, apesar de ser considerável a probabilidade de que não retorne ao trabalho, não pode reclamar o pagamento de um direito que adquiriu”.

**Dobro das férias:** A proposta foi aprovada na forma de um substitutivo de Efraim Filho. O novo texto deixa claro que deverá ser paga ao funcionário aposentado a remuneração simples ou em dobro das férias, a depender do caso. De acordo com a CLT, as férias não concedidas após 12 meses da data de aquisição do benefício devem ser pagas em dobro.

O substitutivo também esclarece que, caso o empregado recupere-se e volte ao trabalho, o novo período aquisitivo de férias passará a ser contado da data do retorno.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Projeto reduz tempo mínimo para saque do FGTS**

O Projeto de lei pretende diminuir o tempo mínimo para que o trabalhador realize saques em seu FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Atualmente, o saque é permitido quando o segurado completa três anos ininterruptos fora do regime do FGTS.

O projeto de lei que já foi aprovado no Senado e está em análise na Câmara estabelece que a movimentação pode ser feita no prazo de um ano, e mesmo que o trabalhador já tenha voltado a trabalhar com carteira assinada. A proposta já foi aprovada na Comissão de Trabalho, onde foi relatada pelo deputado Policarpo, do PT do Distrito Federal.

Segundo ele, um problema recorrente nas demissões são os acordos informais, onde os trabalhadores são demitidos pelas empresas para adquirirem o direito de sacar o FGTS de forma imediata, mas eles precisam devolver o dinheiro da multa de 40% que incide sempre que o empregador demite o funcionário sem motivação.

"Existe uma indústria do pagamento da multa dos 40%, com devolução. Isso, de uma certa forma, constrange bastante os trabalhadores. Então, na medida em que esse prazo é reduzido, isso permite que ele possa, quando tiver que pedir demissão pra ir para um outro emprego, ou se ele for montar uma empresa e queira sair daquela relação de trabalho, ele possa fazer isso com mais tranquilidade e sem perder nenhum benefício, que é o próprio fundo de garantia."

O FGTS é formado por depósitos mensais, feitos pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% das remunerações. O projeto de lei que diminui o tempo para que o trabalhador tenha acesso ao dinheiro do seu FGTS agora está sendo analisado pela Comissão de Finanças e Tributação.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **CNI disponibiliza Painel do Mercado de Trabalho - Brasil, Estados e Subsetores**

No link abaixo, o Blog RT disponibiliza para download o Painel do Mercado de Trabalho - Brasil, Estados e Subsetores, elaborado pela CNI. O documento tem como objetivo sistematizar um conjunto de dados sobre o emprego formal brasileiro, com foco na indústria de transformação e na construção civil. Para tanto, são utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregos (CAGED). Os dados estão organizados em gráficos e tabelas de âmbito nacional, estadual (e DF), bem como com foco nos subsectores da indústria e construção civil.

A ideia, segundo os autores, é que o Painel tenha periodicidade trimestral.

Acesso o Painel do Mercado de Trabalho no link abaixo:

[Painel Mercado de trabalho dos Estados Caged out 2012](#)

Fonte: Blog RT

## *Publicada Lei que amplia as hipóteses do adicional de periculosidade*

Foi publicada a Lei 12.740, que modifica a CLT para ampliar as hipóteses do adicional de periculosidade. Em suma, foi incluída na CLT a periculosidade em razão de eletricidade, antes regida por norma esparsa, e a periculosidade para quem trabalha com segurança patrimonial ou pessoal.

Acesse a íntegra da Lei no anexo:

[Lei%20n.%C2%BA%2012.740%2C%20de%208%20de%20dezembro%20de%202012%20%...  
Portaria%20MTE%20N%C2%BA%202.033%2C%20de%207%20de%20dezembro%20de%2...](#)

## *OIT defende piso*

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) pediu que os 185 países membros adotem políticas de salário mínimo. Relatório divulgado pela instituição mostra que o piso de rendimento protegeu trabalhadores durante a crise e, nos países emergentes, ajudou a elevar renda e a melhorar as condições econômicas. "O Brasil, por exemplo, aumentou consideravelmente seu salário mínimo. Começou em 2005 e continuou a fazê-lo ainda durante os piores meses da crise", cita o texto da OIT. Segundo a instituição, durante a última década, os trabalhadores produziram mais, mas não tiveram um aumento de renda proporcional. Nas economias desenvolvidas, a produtividade laboral aumentou duas vezes mais do que o crescimento dos salários desde 1999.

Fonte: Blog RT

## *Comissão aprova alíquota zero para imposto sobre hora extra de trabalhador*

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou proposta que reduz a zero as alíquotas da contribuição previdenciária do empregado e do Imposto de Renda pagos sobre as horas extras do trabalhador.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator Guilherme Campos (PSD-SP) ao Projeto de Lei 3889/12, do deputado Audifax (PSB-ES).

O texto original transferia para as empresas o ônus do pagamento do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária incidentes sobre as horas extras pagas aos trabalhadores.

Atualmente, os empregados são obrigados a recolher à Receita Federal o imposto de renda sobre as horas extras recebidas. Tanto o Fisco quanto os tribunais entendem que esse pagamento é um dos componentes do rendimento do trabalhador, e por isso deve ser tributado na fonte. "Com o objetivo de elevar a competitividade da economia e de conciliar com o direito a uma remuneração maior para os trabalhadores, com a manutenção do dinamismo no planejamento produtivo das empresas, apresentei o substitutivo, que propõe o estabelecimento de alíquota zero para tais rendimentos", disse Campos.

**Tramitação:** A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Questões Institucionais

### Comissão aprova primeiro relatório setorial do Orçamento de 2013

A Comissão Mista de Orçamento aprovou o primeiro relatório setorial da proposta orçamentária de 2013. O parecer da área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, apresentado pelo deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), destina R\$ 13,9 bilhões para o Ministério das Cidades e R\$ 15,1 bilhões para o Ministério do Planejamento. Em relação à proposta original, o primeiro aumentou 13,9% e o segundo caiu 1,4%.

Os investimentos na pasta de Cidades sobem de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 10,1 bilhões. O aumento é oriundo das emendas parlamentares.

O ministério é um dos mais beneficiados por deputados e senadores por ter ações de habitação, saneamento, destinação de resíduos sólidos e prevenção de desastres. As ações são contempladas nas emendas e destinadas a municípios e estados dos parlamentares.

Esses números são parciais e podem mudar até o final da tramitação da proposta orçamentária, pois o relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB-RR), pode fazer acréscimos pontuais nas emendas de bancadas e de comissões.

A noite desta terça-feira estava reservada para a votação de mais três relatórios setoriais (Justiça e Defesa; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Poderes do Estado e Representação), segundo acordo firmado à tarde pelo presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), em reunião com líderes partidários, coordenadores das bancadas estaduais, relatores setoriais e o senador Jucá.

Pimenta, no entanto, teve que cancelar a reunião após a intervenção do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA). Ele exigiu a suspensão por falta de quórum – no momento do pedido, por exemplo, havia apenas um senador no Plenário. Como o pedido era regimental, Pimenta teve que adiar as outras votações para esta quarta (12), a partir das 9h30.

**Obstrução:** Desde o início da reunião, Giovanni Queiroz tentou obstruir as votações da comissão como resposta à ameaça do governo de cancelar o empenho de emendas de parlamentares do PDT. A ameaça teria sido feita depois que ele anunciou, na semana passada, a posição do partido de obstruir os trabalhos da comissão em protesto contra a baixa execução das emendas. O governo não teria concretizado os cancelamentos, mas Queiroz decidiu manter a obstrução, desta vez, segundo ele, de modo individual, sem contar com o aval da bancada pedetista.

O deputado criticou o governo por usar o orçamento para pressionar a base aliada na votação de propostas de seu interesse. “Estamos fazendo um papel vergonhoso. O governo coloca de joelhos, de pires na mão, o Parlamento”, disse Queiroz. Ele afirmou que vai manter a obstrução na reunião desta quarta e que não abre mão do empenho de 100% das emendas individuais, que somam R\$ 15 milhões por parlamentar.

**Emendas:** Além do parecer de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a comissão aprovou o relatório de admissibilidade às emendas coletivas (de bancada estadual e de comissão) apresentadas à proposta orçamentária. O relator do comitê de admissibilidade, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), inadmitiu 9 emendas por conter erros que contrariam as normas orçamentárias. Dessas, 4 são de bancada (de Goiás, Tocantins e duas do Ceará) e 5 de comissões. Elas não poderão integrar o novo orçamento.

**Sem nova receita:** Durante a reunião, o relator de Receita da proposta orçamentária, deputado Cláudio Puty (PT-PA), disse que não haverá nova atualização da arrecadação federal para 2013. Com

isso, fica valendo a primeira reestimativa elaborada por ele e aprovada em outubro na Comissão de Orçamento, que elevou as receitas primárias do próximo ano em R\$ 22 bilhões, em termos líquidos. Segundo Puty, as mudanças nos indicadores econômicos não justificam um novo cálculo. Em novembro, o Executivo atualizou os indicadores, para 2012 e 2013, que afetam a arrecadação, como o crescimento da economia, que não mudou, e a inflação, que subiu. A segunda reestimativa, se houvesse, seria feita com base nessas novas informações. “Foi feito todo um esforço para a busca de fontes na primeira reestimativa. Não acho que seja necessário fazer mudanças agora”, disse Puty. A atualização de receitas está prevista nas regras de tramitação da proposta orçamentária e ocorre após a votação do último relatório setorial na comissão. Esta é a segunda vez, desde 2006, que o Congresso não promove duas reestimativas. A primeira foi no ano passado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Política Social**

### Educação

#### **MPV 593 de 2012 - PRONATEC - autonomia aos Serviços Nacionais Sociais para criação de unidades de ensino médio**

Foi publicada no Diário Oficial da União, a Medida Provisória (MPV) 593/2012, que altera a Lei do PRONATEC (Lei nº 12.513/2011), programa criado em outubro de 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Além da participação dos serviços nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica, já prevista na legislação em vigor, a MPV permite a adesão das instituições privadas de ensino superior.

Em relação aos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI e outros) a MPV amplia a autonomia concedida a essas entidades para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica. Estabelece que as instituições de educação superior dos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) poderão: (i) criar cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial; (ii) alterar o número de vagas ofertadas nos cursos superiores de tecnologia; (iii) criar unidades vinculadas, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação; e (iv) registrar diplomas.

A Medida Provisória atribui aos serviços nacionais sociais (SESI e outros) autonomia para criar unidades de ensino para a oferta de ensino médio e educação de jovens e adultos, desde que em articulação direta com os serviços nacionais de aprendizagem, observada a competência de supervisão e avaliação dos Estados.

Fonte: CNI



## Notícias Estaduais

### Assuntos Econômicos

#### Microempresa

#### **Paraná conclui instalação de 18 fóruns regionais de micro e pequenas empresas**

O Governo do Paraná instala, em União da Vitória, na região Sul, a última unidade regional do Fórum das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Completa, assim, a instituição das 18 regionais que abrangem todo o Estado. Os fóruns são locais que reúnem o poder público, a iniciativa privada e a sociedade para debater políticas públicas para o segmento, de acordo com as peculiaridades locais. Os primeiros encontros foram realizados, no mês de outubro, em Apucarana, Londrina, Maringá, Pitanga, Ponta Grossa, Cascavel, Laranjeiras do Sul e Francisco Beltrão. Nos últimos dois meses, as instalações tiveram continuidade em Santo Antônio da Platina, Cornélio Procopio, Umuarama, Paranaíba, Campo Mourão, Irati, Lapa, Pontal do Paraná e Curitiba.

As micro e pequenas empresas exercem um papel fundamental no desenvolvimento econômico. No Brasil, foram as responsáveis pela geração de 80 mil novas vagas de trabalho com carteira assinada em outubro deste ano, de acordo com dados do Sebrae. Os segmentos que mais empregaram com carteira assinada entre os pequenos negócios foram o de comércio, com 60,6% das ocupações, seguido pelos serviços, que responderam por 53% das vagas.

Segundo o secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros, a regionalização dos fóruns soma-se a outras ações de suporte do governo ao setor. No Paraná, os micro e pequenos empresários são isentos de ICMS para empreendimentos com até R\$ 360 mil anuais de faturamento. Para as que arrecadam até R\$ 3,6 milhões, o pagamento da alíquota, que é cobrada no super simples ou simples nacional, fica pela metade. “O Paraná tem a melhor lei geral da micro e pequena empresa do Brasil, com o maior incentivo fiscal”, reforça Barros.

Na área de crédito, o governo trabalha junto com a Fomento Paraná no programa Bom Negócio. São oferecidas taxas de juros de 0,55 % ao mês, uma das menores do país. Além do empréstimo, oferece capacitação gerencial para facilitar a aplicação dos recursos e prolongar o crescimento e a vida da micro e pequena empresa.

**Fórum:** A partir de agora, a cada dois meses representantes dos fóruns regionais irão se reunir com técnicos e coordenadores do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (Fopeme) para trazer as demandas de cada região e levar as propostas para serem avaliadas em audiências públicas.

De acordo com o diretor geral da Secretaria da Indústria e Comércio, Ercílio Santinoni, o objetivo é criar um ambiente favorável para o desenvolvimento e competitividade de pequenos negócios. “O fórum visa buscar as demandas de políticas públicas para o fortalecimento dessas pequenas unidades empresariais”, afirma.

**Pioneiro:** O Fórum paranaense é um dos pioneiros no país, considerado referência nacional. Nos últimos dois anos liderou debates e discussões sobre legislação, tributação, crédito, capacitação de mão de obra, exportação e desburocratização.

O pioneirismo motivou a realização do 1º Seminário Nacional dos Fóruns Estaduais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O evento, realizado nos dias 19 e 20 de novembro, na

FIEP, em Curitiba, apresentou diferentes políticas públicas de fortalecimento para as micro e pequenas empresas e o desenvolvimento econômico do Estado.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## [Direito do Consumidor](#)

### ***Justiça concede liminar contra estacionamentos por cobrança indevida***

O Juízo da 17ª Vara Cível de Curitiba concedeu liminar favorável ao PROCON-PR e ao Ministério Público em ação proposta contra a cobrança indevida por vários estacionamentos de Curitiba. A ação foi proposta em outubro deste ano em razão do descumprimento da Lei 16.785/2011, que determina que a tarifação desse serviço seja proporcional ao tempo em que o veículo ficou estacionado. O sindicato que representa o setor e 20 grandes estacionamentos da capital foram citados no processo. A legislação estadual determina que para a primeira hora de estadia, a fração para o cálculo do valor do serviço não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos. Assim, se o usuário permanecer no estacionamento por 20 minutos, deverá pagar o correspondente a 30 minutos e caso permaneça por 50 minutos, deverá pagar a hora cheia.

“No caso de o motorista deixar seu carro por 64 minutos no estacionamento, a cobrança deve ser pela permanência de 1 hora e 4 minutos. Nós, em parceria com o Ministério Público, descobrimos que a lei não é cumprida. O fracionamento simplesmente não é respeitado conforme prevê a legislação”, diz a coordenadora do Procon-PR, Cláudia Silvano.

O Procon-PR e o MP solicitaram na ação que os estacionamentos sejam obrigados a publicar cartazes informando os consumidores da ação em trâmite judicial. “O pedido é que, nesses materiais, conste o fato de que a forma de cobrança está sendo discutida na Justiça”, disse Cláudia.

A ação solicita ainda que os estacionamentos sejam condenados a devolver o valor cobrado indevidamente em dobro aos consumidores. Além disso, o pedido é para que os estacionamentos sejam obrigados a cumprir a lei imediatamente, independente do mérito da questão.

Claudia Silvano lembra que “o consumidor não deve esquecer de guardar o comprovante de pagamento do estacionamento para eventual ressarcimento futuro”. O descumprimento da ordem judicial pelos estacionamentos resultará na multa de R\$ 1.000,00 por dia.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## [Fomento e Desenvolvimento Tecnológico](#)

### ***Lactec agora é Instituição Técnica Avaliadora***

O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), em Curitiba, é a mais nova Instituição Técnica Avaliadora (ITA) do país. A certificação foi autorizada pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Com isso, o Lactec se torna a oitava ITA do país e a primeira do Sul do Brasil e passa a atuar na certificação de métodos construtivos, principalmente para habitações de interesse social.

Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscom), serão cerca de 6 mil empresas beneficiadas com a possibilidade de certificar seus produtos dentro do estado. Hoje, com o atendimento mais próximo em São Paulo, o tempo de espera para validar o uso de equipamentos,

produtos e novas técnicas na construção civil é de cerca de dois meses, o que compromete o início ou o término das obras.

Para o diretor superintendente do Instituto, Omar Sabbag Filho, o credenciamento representa uma oportunidade de expansão do Lactec - que já atua em todo o território nacional - e um ganho para a sociedade brasileira, uma vez que as ITAs estão voltadas aos programas habitacionais.

“A análise de novos métodos construtivos e materiais representa melhorias na qualidade das habitações de interesse social, assim como em processos, que podem reduzir custos e cronogramas”, diz Sabbag. “Termos uma ITA no Paraná também será um estímulo para o setor da construção civil do Sul do Brasil, que está carente de uma instituição como essa”, acrescenta.

Credenciado, o Lactec pode realizar a partir de agora ensaios de desempenho estrutural e atuar na área de durabilidade. A previsão é de que nos próximos anos também desenvolva ensaios térmicos e de reação e resistência ao fogo, ensaios acústicos e inspeção de vazamento de água.

**Para o Brasil:** que vive um momento de aquecimento na construção de habitações de interesse social e implantará em 2013 uma nova regulamentação para edificações de até cinco pavimentos (NBR 15.575) - a aprovação dessa ITA tende a suprir o déficit nacional de 6 milhões de habitações populares. Para garantir que essas construções tenham mais qualidade, a legislação brasileira exigirá que novos métodos e materiais sejam testados.

O vice-presidente administrativo do Sinduscon-PR, Euclesio Manoel Finatti, afirma que, à medida em que as primeiras empresas certificarem e validarem seus métodos de construção, todas as outras são beneficiadas. “Isso é um avanço sem limites para a construção civil nacional”, destaca.

O pedido para se tornar uma ITA, protocolado em Brasília pelo Lactec no início de outubro, foi analisado pela coordenadora geral do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, Maria Salette de Carvalho Weber e aprovado na reunião da Comissão Nacional do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (CN-SiNAT), que faz parte do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). O PBQP-H é um órgão da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Infraestrutura

### *Deputados aprovam a instituição do PARANAEREO e a criação da Paraná Edificações*

O projeto de lei nº 588/12, que institui o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa (PARANAEREO), de autoria do Poder Executivo, foi aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa, em segundo turno de votações. Conforme a proposta, o PARANAEREO funcionará sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL.

Nos documentos enviados para análise dos deputados, o Governo informa que o objetivo é atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa, a ser entendida como: concepção, engenharia, serviços, fabricação de componentes e de aeronaves civis e militares, montadoras e prestadoras de serviços de manutenção de aeronaves.

O Executivo afirma ainda, na justificativa da proposta, que “com a decisão do governo federal de modernizar a sua frota de aviões tanto na vertente civil comercial quanto na militar e de defesa, o setor aeronáutico vem apresentando, globalmente, robustos e consistentes índices de crescimento”. No Brasil, “o governo federal estima investir mais de R\$ 100 bilhões nos próximos dez anos no

segmento de defesa, parte dos quais será destinada ao setor aeronáutico”, acrescenta o governador Beto Richa, na mensagem encaminhada ao Legislativo.

**Edificações:** entre as matérias aprovadas pelo Plenário está a proposição de lei nº 585/12, também de autoria do Poder Executivo, criando a entidade autárquica denominada Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL).

De acordo com o Poder Executivo, esse projeto cria uma autarquia que terá a finalidade de planejamento, coordenação e execução, centrada no desenvolvimento sustentável de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta, autárquica, a partir de diretrizes da SEIL. O Governo explica ainda que a nova entidade buscará dar nova conformação para as obras e serviços de engenharia de edificações no estado do Paraná. “A importância da criação desta autarquia reside na premente necessidade de modificação da maneira como as obras e serviços de engenharia na área de edificações do Estado vêm sendo executadas atualmente”, completa.

**Executivo** – Outras quatro matérias de autoria do Executivo também foram aprovadas nesta sessão, em primeira discussão. São elas: o projeto de lei nº 586/12, que estabelece a estrutura de funções privativas transitórias da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e suas vinculadas; o de nº 601/12, que altera a Lei nº 16.840/11, que alterou a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e Juventude; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; e da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania; o projeto de nº 602/12, alterando a redação do artigo 3º da Lei nº 16.839/11, alterado por sua vez pelo artigo 12 da Lei nº 17.045/12, e que transforma cargos de provimento em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); e o projeto de nº 604/12, criando e alterando denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no Instituto Ambiental do Paraná (IAP), no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e no Instituto de Águas do Paraná.

**Hidrelétricas:** o projeto de lei nº 154/12, que autoriza a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no estado, igualmente de autoria do Executivo, recebeu emenda modificativa, proposta pelo deputado Fernando Scanavaca (PDT), subscrita por diversos outros parlamentares. Assim, a matéria já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aprovada em terceira discussão em Plenário.

A emenda estabelece o seguinte: “Ficam obrigados os empreendedores a iniciarem as obras até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Após esta data, caso não as iniciem, ficam canceladas automaticamente as respectivas licenças”.

**Esporte:** Por outro lado, em redação final, passou o projeto de lei nº 748/11, que propõe o incentivo ao esporte no estado através da aplicação de recursos oriundos do ICMS. “O esporte é uma ferramenta formidável para incentivar as crianças a permanecerem dentro da escola, longe do crime e da violência”, garantiu o deputado Ney Leprevost (PSD), durante o processo de votação da matéria. Ele assina a proposição, que segue agora para sanção (ou veto) do Governo, ao lado dos deputados Reni Pereira (PSB), Cesar Silvestri Filho (PPS) e André Bueno (PDT).

Conforme o projeto, o contribuinte do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) que apoiar financeiramente um projeto desportivo devidamente certificado pela

Secretaria do Esporte do Estado, será beneficiado com redução do valor a ser recolhido a título do referido tributo. Os parlamentares dizem ainda que o projeto tem a virtude de estimular a responsabilidade social.

A matéria prevê que “para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher, que poderá ser destinada aos projetos desportivos, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, tendo esses percentuais uma variação de 0,01% a 3%, de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual, não ultrapassando o limite de 0,5% da arrecadação da parte estadual do ICMS no exercício anterior”.

Fonte: ALEP

## ***Richa inaugura Usina de Mauá e reforça contribuição do PR para redução de tarifas***

O governador Beto Richa inaugurou a Usina Hidrelétrica de Mauá, na região Centro-Norte do Estado, que tem potência instalada de 361 megawatts – energia suficiente para atender 1 milhão de consumidores. A usina foi construída pela Copel e Eletrosul no rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, com investimento de R\$ 1,4 bilhão.

Em discurso, Richa destacou a importância da obra para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil. Ele afirmou que a usina é um exemplo do que os paranaenses fazem pelo País, apesar das perdas que serão impostas ao Estado com a nova política federal para as tarifas de energia. “Desculpem a minha exaltação, mas pelo meu Estado eu brigo”, disse ele.

Ao reafirmar que o Paraná está dando a sua cota de contribuição para a redução da energia no País, ao renovar antecipadamente os contratos de transmissão, o governador disse que o Estado terá prejuízos que chegam a R\$ 450 milhões, com a queda na arrecadação de ICMS, enquanto a perda anual da Copel será de R\$ 178 milhões.

"O Estado e a Copel darão sua cota de sacrifício para baixar as tarifas. Mas resguardando os interesses paranaenses. Assim estamos preservando o desenvolvimento econômico e social do Estado", disse. Segundo ele, a queda da receita pode reduzir investimentos previstos em áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança pública.

No ato de inauguração, o governador acionou uma das turbinas da nova usina. “Sem energia não há indústria e nem desenvolvimento. Ao gerar energia, a Copel também está gerando empregos e qualidade de vida”, afirmou Richa.

Segundo ele, a Copel vive uma fase de expansão, com atuação em oito estados brasileiros, além do Paraná. "A entrega desta usina tem uma importância econômica para a região, para o Paraná e para o Brasil e reafirma o posicionamento da Copel como empresa de destaque na América Latina”, disse.

**Potência:** Usina de Mauá é a 6ª maior hidrelétrica em potência instalada em território paranaense, ficando atrás apenas das cinco usinas localizadas no rio Iguaçu. Com a nova hidrelétrica, a Copel agora conta com 25 usinas no seu parque de geração, que soma 5.500 megawatts de potência.

Richa destacou que a companhia fez um investimento recorde de R\$ 3 bilhões nos dois últimos anos, com quatro milhões de ligações elétricas, atendendo mais de 10 milhões de pessoas em todas as regiões do Paraná. O governador lembrou ainda que o Paraná é o primeiro Estado 100% digital, com cobertura da rede de fibra óptica da Copel nos 399 municípios.

Em janeiro de 2013 será inaugurada a usina Cavernoso 2, em Virmond, com 19 MW. A Copel está construindo a Usina Colíder, no Mato Grosso, e quatro parques eólicos no Rio Grande do Norte.

A concessão da Usina pertence ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pela Copel (Companhia Paranaense de Energia), com 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas, com 49%. “Uma

parceria bem sucedida com a Eletrosul, baseada em confiança recíproca. Sem isso não há como firmar um acordo dessa envergadura”, destacou o governador.

**Mauá:** A barragem da Hidrelétrica Mauá tem 745 metros de comprimento na crista e 85 metros de altura máxima, e permitiu a formação do reservatório com 84 km<sup>2</sup> de superfície. Uma queda bruta de 120 metros foi aproveitada para levar a água do reservatório até a casa de força principal. Para isso, foi construído um circuito composto por tomada d’água de baixa pressão, túnel de adução com 1.922 metros de comprimento, câmara de carga, tomada d’água de alta pressão e três túneis forçados no trecho final.

A Usina tem duas de suas cinco unidades geradoras operando comercialmente – o que significa que a energia gerada já está sendo transmitida ao Sistema Interligado Nacional. As demais três unidades geradoras (a terceira na casa de força principal e duas menores na casa de força complementar) estão na fase de testes.

Segundo o presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, a previsão é de que até o fim de janeiro de 2013 todas as cinco estejam operando. “São usinas que começam a operar num momento extremamente importante para o sistema interligado nacional, que opera em equilíbrio tênue pela falta de chuvas ou pelo atraso das chuvas, estando os reservatórios, lamentavelmente, com seus volumes de água em seus mínimos”.

O presidente da Eletrosul Eurídes Mescolotto disse que a usina é importante para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil: “Vivemos uma fase de intenso crescimento em todo o País. Mas não há crescimento possível sem energia. Interligada ao sistema de distribuição nacional, a energia produzida em Mauá vai contribuir para o desenvolvimento, com as devidas compensações ao meio ambiente”, afirmou Mescolotto.

**Meio Ambiente:** Ao longo da construção, foram desenvolvidos 34 programas ambientais, que fazem parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento. Estes programas tiveram como objetivo mitigar, compensar impactos e potencializar os benefícios decorrentes do empreendimento. No total, o investimento nos programas do PBA ultrapassa R\$ 300 milhões.

Foi feito um trabalho cuidadoso com as famílias atingidas pelo empreendimento. Em 2007, foi feito um censo socioeconômico das 191 propriedades que foram total ou parcialmente alagadas para a formação do reservatório. Com base nessas informações, o Consórcio elaborou, juntamente com os atingidos, um Termo de Acordo que definiu a forma de indenização pelas terras desapropriadas, benfeitorias e atividades comprovadamente inviabilizadas pela construção da Usina.

O documento também previa a possibilidade de algumas das famílias serem beneficiadas pelo Programa de Reassentamento, desde que atendidos os requisitos - no total, 144 famílias foram reassentadas. Um Plano Básico Ambiental foi elaborado especialmente para as terras indígenas. O documento, aprovado pela Funai, prevê a implantação de uma série de programas em oito terras indígenas.

Participaram da cerimônia, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, representando a presidente da República; o diretor do departamento de programa de energia elétrica e conselheiro da Eletrosul, Celso Knijinik, representando a ministra do Planejamento, Mirian Belchior; o senador Sérgio Souza; o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek; o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto. Os deputados estaduais Kielese Crisóstomo e Plauto Miró; o prefeito de Telêmaco Borba, Eros Danilo Araujo; e Joel Malucelli, responsável pela construção da usina.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## *Comissão da Câmara dos Deputados visita obras para Copa do Mundo*

Integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados estiveram no Paraná para visitar as obras do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, e as da Arena do Clube Atlético Paranaense, em Curitiba.

A comitiva assistiu a duas apresentações sobre as obras no estádio. A explanação foi feita pelo arquiteto Carlos Arcos e pelo engenheiro José Prado. Logo depois, os deputados fizeram uma visita pelo canteiro de obras.

Segundo o presidente da comissão, deputado Edmar Arruda, foi uma visita técnica de avaliação do andamento dos serviços e dos investimentos realizados para a conclusão do estádio. “Ficamos satisfeitos com as apresentações e vamos levar as informações para avaliação dos demais membros da equipe”, declarou Arruda.

Além do deputado Edmar Arruda, integraram a comitiva os deputados Marcelo Matos (RJ), Áureo (RJ) e Daniel Almeida (BA), além do consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, Marcos Rogério Rocha Mendlovitz.

Os deputados federais foram acompanhados pelo diretor de marketing do Atlético Paranaense, Mauro Holzmann, e pelo assessor da Secretaria de Estado para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa 2014, Marco Antônio Abdanur.

**Ministério:** Ainda, o analista de Infraestrutura do Ministério do Esporte, Victor Protázio, fez uma visita de monitoramento das obras do estádio Joaquim Américo, a Arena do Clube Atlético Paranaense, registrando em fotos e vídeos o relatório que será analisado pelos membros do ministério e do Comitê Organizador Local (COL/FIFA).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## *Meio Ambiente*

### *Deputados buscam alternativas para minimizar a crise no setor avícola*

A crise no setor avícola foi tema de reunião conjunta entre o Bloco Parlamentar da Agricultura Familiar, o Bloco Agropecuário, a Frente Parlamentar do Cooperativismo, as comissões técnicas de Agricultura e de Indústria e Comércio do Legislativo estadual, com representantes do Governo do Estado, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e lideranças sindicais, na Assembleia Legislativa. Os parlamentares e as lideranças pretendem agora elaborar um documento para garantir melhorias urgentes ao setor, que será encaminhado ao governo federal.

A compensação do ICMS, o alongamento nos prazos de financiamentos, a fixação de juros mais baixos e a possibilidade de desoneração da folha de pagamentos poderão minimizar os prejuízos dos abatedores e também dos criadores integrados de aves. “Vamos formalizar uma comissão de deputados para que a gente leve adiante a discussão destes temas, para buscarmos soluções para esta preocupante crise na avicultura. Existem dois pontos cruciais que estamos discutindo, que é a situação das empresas, dos frigoríficos, de um lado, e também a dos agricultores. Saímos hoje com uma lista de sugestões, em conjunto com deputados e com entidades”, disse a deputada Luciana Rafagnin (PT), presidente do Bloco da Agricultura Familiar.

O deputado Pedro Lupion (DEM) defendeu melhor sintonia entre as entidades representativas e os deputados federais paranaenses, assim como com o Legislativo estadual, para intervenções mais

rápidas para amenizar a crise. Os deputados Jonas Guimarães (PMDB), Nelson Luersen (PDT), André Bueno (PDT) e Francisco Bühner (PSDB), que também participaram da reunião, além do deputado federal Leopoldo Meyer (PSB), também manifestaram preocupação com o momento vivido pela avicultura, e acreditam que a facilitação de créditos e o alongamento dos prazos de financiamento são importantes alternativas.

Segundo o chefe do departamento de economia rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), Francisco Carlos Siminioni, o Estado já vem estudando medidas para auxiliar o segmento, dando margem para recuperação das empresas e dos agricultores. Para o Poder Executivo estadual, a mobilidade financeira, em momentos de crise, assim como a redução de custos, poderão auxiliar os criadores de aves. “É importante renegociar as dívidas e buscar alternativas de atividades de complementação de renda, no caso do alojamento destes animais. O Estado está preocupado com os produtores. Estamos trabalhando para prorrogar ou renegociar as dívidas”, completou.

Embora o período mais crítico da crise avícola tenha passado, conforme classificou o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, a viabilização de capital de giro é a única maneira de reduzir os efeitos negativos do momento vivido pelo segmento. “Entendemos que a crise mais aguda já passou. Hoje temos uma discussão geral sobre a avicultura. É um setor que tem margem pequena e precisa de capital de giro para se estabelecer e manter. Precisamos de planejamento, porque este setor é muito importante para o Paraná”, analisou.

Fonte: ALEP

## *Péricles destaca que Museu de Vila Velha deve se transformar em Centro de Geociência*

O deputado Péricles de Mello (PT) apresentou a conclusão do relatório final da Comissão Especial criada na Assembleia Legislativa para viabilizar o funcionamento do Museu de Geologia e Paleontologia de Vila Velha, na região dos Campos Gerais. Desde a conclusão da obra, em 2007, o Museu não foi aberto ao público.

Relator da Comissão, Péricles apontou que os principais problemas do Museu estão relacionados ao modelo de gestão; formalização de convênio com o Estado; captação de recursos pela Lei Rouanet; e infiltrações na infraestrutura do prédio. Ao usar a tribuna da Assembleia, o deputado fez um balanço do trabalho da Comissão instalada em março desse ano, e afirmou que o relatório traz uma solução viável e concreta. O museu tem área total construída de 3,5 mil metros quadrados, dos quais dois mil são para exposições. Cerca de R\$ 4 milhões já foram investidos no projeto.

Para Péricles, o papel da Comissão Especial foi de contribuir e encontrar um caminho para a solução junto aos órgãos envolvidos. “Após várias reuniões, verificamos que os problemas se concentram em detalhes técnicos. Com boa vontade política e colaboração de todos os agentes envolvidos, teremos uma solução viável”, defendeu.

O projeto do Museu foi idealizado pela Fundação João José Bigarella (Funabi), mas sem a formalização de um convênio com o Estado a Fundação ficou impossibilitada de angariar recursos para concluir o espaço de exposições, bem como de continuar à frente da coordenação do local. De acordo com o diretor-presidente da Funabi, Glaucon Horrocks, o trabalho da Comissão é fundamental para a finalização do projeto. “A contribuição do Poder Legislativo traz esperança e tranquilidade para resolvermos todas as questões”, esclareceu Horrocks, em reuniões na Assembleia. Utilizando-se do relatório da Comissão, a Funabi pediu ao Ministério da Cultura (Minc) a prorrogação do prazo de execução do incentivo fiscal, para dezembro de 2013. Horrocks explicou que foram investidos recursos da Lei Rouanet e o prazo para concluir o projeto do Museu se encerra no final deste ano.



**Centro de Geociência:** Péricles indica no relatório a intenção de transformar o Museu em um Centro de Excelência em Geociência de Vila Velha. A ideia foi discutida com o secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jonel lurk. O secretário explicou que o conceito de museu exige um protocolo rigoroso e complexo, que envolve pessoal para cuidar do acervo, qualidade do espaço físico, entre outros aspectos. De acordo com lurk, a instituição de um Centro de Geociência pode garantir novas parcerias e aproximar o projeto da comunidade acadêmica, além de ampliar a possibilidade de captação de recursos.

lurk afirmou ainda que o governo tem interesse em resolver as pendências o mais breve possível, tamanha a importância turística e cultural do Parque de Vila Velha. A pedido da Secretaria de Estado do Meio Ambiente a Funabi apresentou um estudo de viabilidade econômica e um plano de trabalho para a administração do espaço.

Péricles destaca, no relatório, que a concepção do espaço como Centro de Excelência em Geociência pode gerar alterações nos modos de captação de recursos, mas isso não implica em perdas de receitas, se houver uma gestão eficiente para a captação de incentivos de fomento à cultura, história e ciência. “A própria Lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet, não afasta a aplicação de recursos em projetos de projeção cultural, alheios à concepção de museu”, frisa o deputado.

**Gestão compartilhada:** A Comissão aponta também que a gestão deve ser aberta a outras instituições, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Federal do Paraná e secretarias de Estado de Turismo e da Cultura. “Tal iniciativa tende a elevar a importância do empreendimento, que além de preservar a história da região, pode alcançar visibilidade na área científica”, enfatizou Péricles.

A Funabi declarou que não tem interesse em assumir a gestão do Centro. Para a Comissão, a Funabi poderá atuar como colaboradora ou conselheira no gerenciamento do local. “Não podemos deixar de destacar que o projeto de construção do Museu de Vila Velha se deve ao professor e geólogo João José Bigarella, pesquisador que merece todo nosso reconhecimento. Destaco as palavras dele de que essa obra deve ser o portal de entrada dos Campos Gerais”, disse Péricles.

Ouvido pela Comissão, Bigarella afirmou que o museu não foi concebido para ser uma vitrine de amostras, mas sim de cultura. “Estamos dando passos negativos, contra a ciência”, lamentou o professor sobre os trâmites burocráticos que vêm retardando a concretização do projeto.

**Infraestrutura:** Péricles afirmou também que o prédio que abriga o Museu pode ser reformado e sua instalação não trará danos ao meio ambiente. O deputado se baseou em um laudo técnico conclusivo, feito pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O IAP contratou a vistoria depois de uma visita ao local, acompanhada pelos deputados membros da Comissão.

O IAP comprova que o espaço apresenta condições estruturais suficientes, de acordo com as normas exigidas, mas é necessário que o Estado invista em melhorias para proporcionar segurança à edificação. Somente após a reforma será possível abrir o museu ao público.

De acordo com o laudo, os maiores problemas são de infiltração, estrutura do concreto no subsolo do edifício, sistema externo de captação e condução de águas pluviais e fluviais, além de revestimentos de pisos. O sistema externo de drenagem, coleta e captação de água também está comprometido, agravando os problemas de erosão. O relatório indica que a obra de reparo mais urgente é a de tratamento da corrosão das armaduras e recomposição do concreto das peças estruturais. O laudo foi assinado por dois engenheiros civis e um engenheiro eletricista.

O presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, afirmou, quando visitou o Museu, que, com o laudo em mãos, o Estado adotará as ações necessárias junto às empresas que executaram o projeto para que os reparos sejam feitos sem ônus para o órgão. “O IAP e a secretaria do Meio Ambiente continuarão trabalhando para encontrar a maneira jurídica mais correta de firmar parcerias ou convênios com instituições para gerenciar e equipar o local”, disse Mossato.

**Recursos:** Péricles destaca ainda no relatório que a falta de uma parceria entre a Funabi e o Governo do Estado já impediu o acesso a recursos liberados pela Petrobras no valor de R\$ 1 milhão. Sem a conclusão do projeto, a Fundação poderá ser condenada a devolver os R\$ 800 mil captados pela lei de incentivo.

O diretor-presidente da Funabi sinalizou que o empreendimento tem o apoio e intenção de patrocínio de algumas empresas instaladas na região, como a Tetra Pak, por exemplo. Horrocks também pretende retomar o diálogo com a Petrobras para tentar reaver os recursos liberados anteriormente. “A Comissão quer contar com o apoio dos deputados Pastor Edson Praczyk (PRB), presidente da Comissão, e do deputado Marcelo Rangel (PPS), eleito prefeito de Ponta Grossa, além da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para reverter as pendências junto ao Minc, além de atuarem na captação de novos recursos para o Centro de Geociência”, finalizou Péricles.

Fonte: ALEP

## [Gestão de Resíduos Sólidos](#)

### ***Indústria paranaense assume compromisso com a logística reversa***

O governador Beto Richa, o secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jonel Yurk, e o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Edson Campagnolo, assinaram os termos de compromisso de 11 setores da economia paranaense com a Logística Reversa. A medida visa adequar o setor produtivo do Estado para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada pelo Congresso Nacional em 2010, que institui a obrigatoriedade da Logística Reversa, ou seja, o caminho contrário que o produto faz após o seu consumo, passando por toda cadeia produtiva, voltando até o fabricante, que lhe dará a destinação final ambientalmente correta.

No Paraná, esta regulamentação é conduzida pela Sema, que lançou este ano um edital convocando a indústria do Estado a se comprometer com esta prática, que envolve também o comércio, importadores e os consumidores. Dos 100 sindicatos industriais de base estadual filiados à FIEP, 65 já se comprometeram com a secretaria.

A convocação tem como objetivo construir a proposta para Logística Reversa de forma conjunta, pelo governo e pela indústria do Estado. Segundo o governador, o diálogo foi a tônica dessas discussões “Assinamos um pacto com as indústrias, em um processo democrático e transparente. Quem ganha com isso é a natureza e todos nós. Fico feliz de ter essa parceria produtiva e de resultados extraordinários para nosso Estado”, disse.

A assinatura ocorreu durante a reunião de diretoria da FIEP, que reúne dirigentes sindicais de todas as regiões do Paraná. “Estamos sendo pró-ativos, não estamos esperando o problema chegar para depois buscar uma solução, estamos nos adiantando”, afirmou Edson Campagnolo. “A indústria não está vendo apenas as suas questões internas, está olhando para as gerações futuras”, completou o presidente da FIEP.

Para articular a participação do setor produtivo e orientar as indústrias a se adequarem à Logística Reversa, a FIEP realizou diversas ações, como a criação de um Comitê de Logística Reversa para

discutir a prática dentro da Federação e a realização de uma videoconferência transmitida para todas as regiões do Estado, para tirar dúvidas dos sindicatos do interior sobre esta legislação.

As entidades que assinaram o termo de compromisso com a Sema devem iniciar a elaboração de planos setoriais no primeiro semestre de 2013. Elas terão 60 dias para se adequar às propostas e mais 180 dias para implantá-las. Para facilitar a construção destas propostas, a Fiep organizou a indústria paranaense em 18 cadeias produtivas. As propostas serão construídas dentro de cada cadeia, prevendo a participação de todos os atores envolvidos.

**Desafios:** Entre os sindicatos filiados à Fiep que se comprometeram a elaborar propostas para a logística reversa de seus produtos, boa parte está em fase inicial de estudos sobre a melhor maneira de executar o processo. É o caso do Sindicato das Indústrias de Cacau e Balas, Massas Alimentícias e Biscoitos de Doces e Conservas Alimentícias do Paraná (Sincabima). O presidente da entidade, Rommel Barion, explica que o setor possui um grande potencial para reciclagem de suas embalagens. “Nossas indústrias têm diversos tipos de embalagem, seja de papel, plástico, alumínio, vidro ou outros materiais, que são aproveitadas para reciclagem quando recolhidas”, afirmou. “Hoje não temos um programa de recolhimento dessas embalagens, mas vamos encontrar soluções para fazer isso de maneira eficiente”, acrescentou.

Segundo Barion, uma dificuldade a ser enfrentada pelas empresas do setor é o recolhimento dos resíduos em outros estados do País. “O Sincabima tem em sua base 640 indústrias espalhadas pelo Paraná, muitas delas vendendo seus produtos para todo o Brasil. Recolher essas embalagens em outros estados é um desafio que teremos que enfrentar”, explicou.

Organizar a coleta de resíduos espalhados por todo o território nacional é um desafio também para produtos com maior valor agregado, como telefones celulares. Em 2011, foram produzidos 65 milhões de aparelhos no Brasil, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). A produção dá uma ideia da quantidade de produtos dessa categoria que deixam de ser utilizados a cada ano, levando em conta que o País possui cerca de 260 milhões de linhas ativas. Nesta segunda-feira, a Abinee foi uma das instituições que assinou o termo de compromisso com a Sema para estruturar a logística reversa dos aparelhos no Paraná.

O presidente da Abinee, Humberto Barbato, explica que a maneira como esse processo será realizado na prática é uma preocupação dos fabricantes. “O recolhimento dos produtos é relativamente simples, mas depende do desejo tanto do consumidor para descartar corretamente o aparelho como dos pontos de venda para recolher esses produtos”, disse Barbato. “Além disso, para os fabricantes tem a questão da logística em si, o processo de buscar esses produtos de ponto em ponto, de cidade em cidade”, completou.

Barbato afirmou ainda que esse processo vai gerar custo para as indústrias, mas que podem ser compensados com as oportunidades de negócios que se abrem com a reciclagem. “Vai existir um custo para as empresas, que ainda não sabemos calcular porque a logística reversa é uma coisa muito nova, mas o processo também vai permitir um maior aproveitamento de matérias primas que vão ser recicladas”, afirmou. E independente de custos ou oportunidades, o presidente da Abinee ressaltou que a correta destinação dos resíduos industriais é um caminho sem volta. “Implantar mecanismos de logística reversa é um processo irreversível em qualquer país que se diga organizado. Temos que procurar a melhor maneira possível de executá-la”, disse.

**Iniciativa de sucesso:** Em determinados casos, a descoberta dessa fórmula já é uma realidade. Apesar de a legislação que institui a prática da Logística Reversa ser recente, alguns setores já estão bem adiantados neste sentido, como a indústria de bebidas do Paraná. Segundo o presidente do

Sindibebidas, Nilo Cini Júnior, “é possível conciliar o interesse social, o interesse do meio ambiente e o da indústria do Estado para que a cadeia de reciclagem agregue mais valor.”

Segundo ele, há dois anos o setor de bebidas paranaense iniciou um projeto de logística reversa das suas embalagens que hoje opera de forma sustentável. Através do sindicato, as empresas criaram uma central para a reciclagem do plástico utilizado nas embalagens. Hoje, 70% deste material é reciclado e volta para a cadeia produtiva e a operação da central é auto-sustentável. A chave para o sucesso da iniciativa, segundo Cini, foi colocar o foco no catador de material reciclável. “Hoje quem cata ganha mais dinheiro, e assim tem mais incentivo para realizar este serviço”, afirma.

Fonte: FIEP

## Questões Institucionais

### *FIEP sedia encontro do movimento Paraná Sem Corrupção*

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) sediou o 2º Encontro do [Movimento Paraná Sem Corrupção](#). O evento foi realizado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), idealizador da campanha, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto GRPCOM. A FIEP é uma das entidades que apoiam do movimento.

Durante o encontro, foi apresentado um balanço das atividades do Paraná Sem Corrupção em 2012. No total, foram mais de 700 ações em todo o Estado, incluindo palestras, manifestações públicas, panfletagens e entrevistas, entre outras. Boa parte das iniciativas aconteceu envolvendo alunos de 580 escolas da rede estadual de ensino. As ações tiveram a participação de 195 promotores de Justiça. “Essa campanha tem como objetivo promover uma cultura de combate e prevenção à corrupção e para isso precisamos do envolvimento de toda a sociedade”, afirmou o promotor Eduardo Cambi, coordenador do movimento.

Para o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, movimentos como o Paraná Sem Corrupção são fundamentais para que a sociedade se mobilize e combata um dos principais males que atrapalham o desenvolvimento do Brasil. “A sociedade não suporta mais tanta corrupção”, disse. Mas para Campagnolo, o fim da corrupção passa também pela mudança de atitude de boa parte das pessoas em seu dia a dia. “Enquanto continuarem existindo pequenos atos de corrupção, como o pagamento de uma propina a um guarda, vamos continuar sendo coniventes com os grandes atos de corrupção. Precisamos dar um basta à corrupção em todos os níveis”, afirmou.

Campagnolo destacou ainda que a iniciativa do MP-PR está alinhada com a atuação da Fiep, já que a entidade promove o movimento A Sombra do Imposto. Na terceira cartilha da campanha, lançada em julho, a Federação alerta sobre o mal que a corrupção causa ao País, abordando seus efeitos sobre a carga tributária.

O procurador-geral de Justiça do Estado, Gilberto Giacoia, agradeceu o apoio da Fiep e de outras entidades representativas do setor produtivo paranaense ao movimento. “As parcerias que conseguimos alavancaram a campanha no Paraná, necessária para mudar essa cultura da corrupção em nosso Estado”, declarou.

Além de apresentar um balanço das atividades do movimento em 2012, o encontro desta quinta-feira também começou a traçar as estratégias para o ano que vem. O evento teve ainda uma palestra com o teólogo, educador e escritor Lourenço Stelio Rega, autor do livro “Dando um Jeito no Jeitinho”.

Fonte: FIEP

## **Entidades entregam moção de apoio à posição de Rossoni contra aumento das custas judiciais**

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), recebeu dirigentes do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-PR), do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná (Sinduscon/Oeste-PR), do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI-PR), do Sindicato da Habitação e Condomínios (SECOVI), do Sindicato dos Corretores de Imóveis (SINDIMÓVEIS) e da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (ADEMI), que estavam acompanhados pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seção do Paraná, José Lúcio Glomb.

Como já havia ocorrido pela manhã, com a visita do presidente eleito da OAB, Juliano Breda, essas instituições vieram externar seu apoio à postura de Rossoni de não colocar em votação este ano o anteprojeto de lei do Tribunal de Justiça majorando as custas judiciais e as taxas dos serviços cartorários nos níveis propostos, considerados abusivos.

**Moção de apoio:** O manifesto entregue a Rossoni oferece “inteira solidariedade e apoio pela firmeza revelada em sua posição contrária à proposta de reajuste de custas judiciais e taxas cobradas pelos cartórios extrajudiciais, face anteprojeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça”. E salienta que “nossa postura tradicional na defesa das causas de interesse da sociedade e dos empresários, observando que matéria dessa natureza exige exame aprofundado, lastreado em dados estatísticos, técnicos, econômicos e financeiros. Proposição como esta não comporta uma análise apressada, que necessariamente ocorrerá se o projeto for colocado em pauta quando faltam poucos dias para o final do ano e poucas sessões para o término do ano legislativo”.

Todos manifestaram preocupação com a tabela proposta pelo Órgão Especial do TJ. O presidente do CRECI-PR, Luiz Celso Castagnaro, destacou que o aumento é abusivo, atinge diretamente a população e pode provocar o ressurgimento dos chamados “contratos de gaveta”, que não oferecem a segurança necessária aos contratantes. A presidente do SECOVI, Liliana Ribas Tavarnaro, por sua vez admite o reajuste, mas desde que ele se limite a fazer a reposição da inflação, uma postura que é admitida também pelo presidente da Assembleia.

O presidente do Sinduscon, Normando Antonio Baú, observou que as elevações não apresentam justificativas de nenhuma espécie para o aumento de custos que já são altos: “Para se ter uma ideia, os bancos oferecem linhas de financiamento para os registros imobiliários. Uma averbação de registro de imóvel, que custa hoje cerca de R\$ 500,00, passará a custar, pela tabela proposta, R\$ 1.200,00. É evidente que isso reflete no custo final e penaliza também a moradia econômica”.

Rossoni reafirmou sua decisão de evitar uma votação apressada da matéria, ressaltando que seu ânimo melhoraria caso o TJ reformulasse a proposta, contentando-se com a aplicação dos índices de inflação aos preços atualmente praticados. O dirigente da OAB, José Lúcio Glomb, acrescentou que a entidade não teve acesso à base científica que levou o Tribunal de Justiça a elaborar a tabela que vem provocando tantos protestos de segmentos organizados da sociedade: “O que se percebe é que fatores importantes, como a implantação do processo eletrônico com efeitos a curto prazo, não foram sequer analisados para a composição dos valores”.

Fonte: ALEP

## Coordenadores regionais da FIEP reúnem-se em Curitiba

A gerência de relação com os sindicatos da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) realizou uma reunião com os coordenadores das unidades regionais da federação de todo Estado. Na ocasião são relatadas as atividades do ano, trazidas as demandas dos coordenadores e é feito o alinhamento das ações para o ano seguinte.

Hoje a FIEP possui 17 coordenadorias regionais, que fazem a ponte institucional da federação com o interior do Paraná, levando aos municípios as informações e os serviços do Sistema FIEP e colhendo os anseios do empresariado local. “São o para-choque e a caixa de ressonância da federação”, compara o gerente da Central de Relacionamento com Sindicatos e Coordenadorias da FIEP, Milton Bueno. Segundo ele, as coordenadorias têm o papel estratégico de ser porta-vozes da presidência da FIEP nas regiões.

Dentre as ações da FIEP destacadas pelos coordenadores em 2012 está a implantação do sistema de gestão nas regionais. “O Edson (Campagnolo, presidente da FIEP) está fazendo um trabalho muito bom, as coordenadorias estão se profissionalizando”, afirmou o coordenador da regional de Rio Negro, Edson Guenther.

**Comunicação:** Também foi apresentada na reunião uma nova ferramenta de comunicação que está à disposição das coordenadorias regionais. Segundo a gerente de Comunicação Institucional da Fiep, Solange Patrício, no último ano constatou-se que 90% dos acessos aos sites da federação eram feitos em Curitiba. Para fomentar a divulgação das ações das coordenadorias e fortalecer o associativismo, a gerência de Comunicação disponibilizou para cada unidade a possibilidade de criar seu website dentro do site da federação. Nesse espaço virtual será possível difundir informações relevantes à comunidade empresarial de cada região.

Fonte: FIEP